

Avaliação Institucional: Um Referencial de Qualidade para a Educação a Distância

Marilice Mugnaini SOFFA¹

Resumo: O presente artigo apresenta uma investigação, sobre as políticas e perspectivas da avaliação institucional hodiernamente e sua ênfase na Educação a Distância, modalidade que igualmente utiliza a avaliação institucional como um referencial/instrumento para a busca da qualidade. O objetivo deste trabalho é, portanto, contribuir para elucidação e aprofundamento da temática apresentada e provocar uma reflexão sobre o tema e motivar novos pesquisadores a continuar o debate. O estudo permitiu questionar a importância da avaliação institucional no contexto da Educação a Distância e seu papel como um indicador de qualidade para a modalidade. A pesquisa utilizou uma abordagem qualitativa, para alcançar seus objetivos. Como instrumento de pesquisa, foi adotado como procedimento metodológico o levantamento bibliográfico. Concluiu-se assim que, a avaliação institucional pode conceber um progresso na Educação, sobretudo na Educação a Distância potencializando o desenvolvendo de uma cultura pela busca da qualidade educacional.

Palavras-chave: Avaliação Institucional; Educação a Distância; Referenciais de Qualidade.

A expressão 'avaliar' possui vários conceitos, o que determina seu significado específico é o contexto onde o termo está inserido. Avaliar, segundo o Dicionário da Língua Portuguesa Online Priberam (2008) significa, determinar a valia ou o valor;

¹ Mestranda em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Especialista em Formação Pedagógica do Professor Universitário pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná e Organização do Trabalho Pedagógico pela Universidade Federal do Paraná. Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Paraná. Pedagoga da Diretoria de Educação a Distância na Pontifícia Universidade Católica do Paraná. E-mail: marilice.soffa@pucpr.br.

apreciar o merecimento; aquilatar, reconhecer a força, a grandeza; estimar, prezar; orçar; computar; reputar-se; ter-se em conta; julgar-se como².

Vários autores possuem diversas definições de avaliação e conceituações relacionadas ao processo nas Instituições de Ensino Superior (IES):

Meyer (1993) conceitua avaliação como um instrumento de gestão necessário para se mensurar os esforços da organização e sua qualidade [...] De acordo com Dressel (1978), a avaliação implica na coleta e interpretação, através de meios formais e sistemáticos, de informação relevantes que servem de base para julgamento racional em situações de decisão [...] Macário (1993) afirma que a avaliação mostra os caminhos para as mudanças necessárias às instituições [...] Juliato (1991) trata a avaliação como um processo permanente de aprendizagem organizacional (*apud* JACOBSEN, 1996, p. 15 e 16)³.

“As funções da avaliação têm que ser, por isso, compreendidas no contexto das mudanças educacionais e das mudanças econômicas e políticas mais amplas [...] a avaliação é ela própria uma actividade política” (AFONSO, 2000, p. 19)⁴.

Este mesmo autor cita a escola como uma organização educativa complexa, pois esta possui uma “contextura” social e organizacional heterogênea e diversa, longe de ser apenas uma organização burocrática. A escola é formada por pessoas e para pessoas (grifo meu).

Paro *apud* Afonso (2008) afirma que a gestão escolar deve levar em conta todo o processo escolar e incluir como avaliadores permanentes, todos aqueles que se beneficiam de seus serviços. É avaliar a escola de maneira participativa⁵.

Seguindo esta perspectiva, este texto tem como tema central de investigação as políticas e perspectivas da avaliação institucional hodiernamente e tem sua ênfase na Educação a Distância (EAD), modalidade que também utiliza a avaliação

² PRIBERAM INFORMÁTICA. **Dicionário da Língua Portuguesa Online**. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/dlpo/dlpo.aspx>>. Acesso em: 10 out. 2008.

³ JACOBSEN, Alessandra de Linhares. **Avaliação Institucional em Universidades**: desafios e perspectivas. Florianópolis: Papa-Livro, 1996.

⁴ AFONSO, Almerindo Janela. **Avaliação educacional**: regulação e emancipação. São Paulo: Cortez, 2000.

⁵ AFONSO, Almerindo Janela. Avaliar a escola e a gestão escolar: elementos para uma reflexão crítica. In: ESTEBAN, Maria Teresa (Org.). **Escola, currículo e avaliação**. São Paulo: Cortez, 2008.

institucional como um referencial/instrumento para a busca da qualidade. O estudo se justifica por sua atualidade, relevância e pouca pesquisa na área.

Neste aspecto, surge um questionamento que orienta esta reflexão: Qual a importância da avaliação institucional no contexto da Educação a Distância e seu papel como um indicador de qualidade para a modalidade? Neste caminho o trabalho traz como objetivo, portanto, contribuir para elucidação e aprofundamento da temática apresentada.

A análise da problematização proposta se apóia nos argumentos de Dias Sobrinho (1995 e 2000) e Afonso (2000 e 2008), quando tratam a avaliação institucional, sua função e importância na Educação, Demo (1985), Bueno, Sermann e Scherner (2003) permitindo versar sobre a busca da qualidade pela avaliação institucional, MEC – SEED (2003, 2007 e 2008), Azevedo e Sathler (2008) ao se referir a avaliação institucional no contexto da Educação a Distância

O texto aborda inicialmente conceitos de qualidade e sua relação com a avaliação institucional, cita também este instrumento inserido como um dos referenciais de qualidade para a EAD.

Como instrumento de pesquisa, foi adotado como procedimento metodológico um levantamento bibliográfico, desta forma, inserindo esta investigação numa abordagem qualitativa.

Avaliação Institucional e Educação a Distância

A avaliação institucional segundo o CONAES – Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior “não é um fim em si, mas um dos instrumentos de que dispõe o poder público e a sociedade para dimensionar a qualidade e a relevância das Instituições de Ensino Superior (IES) em consonância com sua missão acadêmica e social”⁶. Desta forma, envolve aspectos relacionados à gestão e tem como foco a efetividade da ação institucional.

⁶ BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **CONAES** – Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=content&task=view&id=348&Itemid=479>>. Acesso em: 26 de agosto de 2008.

A avaliação institucional também pode ser entendida, de acordo com House (1992 *apud* AFONSO, 2000, p.19), como uma atividade que é afectada por forças políticas, porém que de mesma maneira, gera efeitos políticos.

E em se tratando de forças e efeitos políticos, o processo avaliativo institucional igualmente é um dos componentes do SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior e conforme este sistema tem o papel de melhoria da qualidade da educação superior; orientação da expansão de sua oferta; aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social; aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional⁷.

A “qualidade do projeto de uma instituição de ensino deve ser medida no cotidiano da prática de sua construção [...], a avaliação tem sido uma categoria imprescindível na vida universitária [...]” (AZEVEDO; SATHLER, 2008, p. 9).

De acordo com o INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, a avaliação institucional divide-se em duas modalidades:

- Auto-avaliação: Coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) de cada instituição e orientada pelas diretrizes e pelo roteiro da auto-avaliação institucional da CONAES;
- Avaliação externa: Realizada por comissões designadas pelo INEP, a avaliação externa tem como referência os padrões de qualidade para a educação superior expressos nos instrumentos de avaliação e os relatórios das auto-avaliações. O processo de avaliação externa independente de sua abordagem e se orienta por uma visão multidimensional que busque integrar suas naturezas, formativa e de regulação numa perspectiva de globalidade⁸.

⁷ BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Lei n.º 10.861**, de 14 de abril de 2004 (Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES).

⁸ BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – INEP. **Avaliação das Instituições de Educação Superior**. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/superior/avaliacao_institucional>. Acesso em: 8 de setembro de 2008.

Como afirma Dias Sobrinho e Ristoff (2000, p. 40), "a avaliação institucional deve seguir princípios e toda Universidade deve se auto-avaliar"⁹. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, instituído pela Lei n.º 10.861, de 14 de abril de 2004, indica como princípios,

- Responsabilidade social com a qualidade da educação superior;
- Reconhecimento da diversidade do sistema;
- Respeito à identidade, à missão e à história das instituições;
- Globalidade, isto é, compreensão de que a instituição deve ser avaliada a partir de um conjunto significativo de indicadores de qualidade, vistos em sua relação orgânica e não de forma isolada;
- Continuidade do processo avaliativo.

Dentro deste aspecto, Oliveira (2008, p. 1) ressalta o significado da avaliação das IES. Para o autor, avaliar uma IES é importante e de responsabilidades dos governantes e membros que representam as universidades. Diagnosticar uma IES significa seguir caminhos para se obter efeitos satisfatórios para o desenvolvimento das instituições e igualmente, da educação superior no país¹⁰.

Avaliar uma instituição de ensino denota diagnosticar, onde o objetivo primordial e de fundamental importância para as universidades brasileiras é a elaboração de estratégias construtivas, desta forma levando à qualidade e reflexão do processo avaliativo e utilizando os resultados deste para a adaptação das políticas internas e para a redefinição das prioridades.

Gasparetto (2008, p. 1) ratifica a avaliação institucional como um processo contínuo de busca da qualidade para a Universidade e implica em uma predisposição à mudança. Essa mudança é estabelecida pela dinâmica da realidade

⁹ DIAS SOBRINHO, José; RISTOFF, Dilvo (Orgs.). **Universidade desconstruída: avaliação institucional e resistência**. Florianópolis: Insular, 2000.

¹⁰ OLIVEIRA, André Lúcio Moura et al. O objeto da avaliação institucional na heteronômica política pública brasileira. In: BELLO, José Luiz de Paiva. **Pedagogia em Foco**. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/avinst03.htm>>. Acesso em: 4 de julho de 2008.

científica, tecnológica, cultural, organizacional, política e social, por isso a avaliação institucional está unida à mudança e à qualidade¹¹.

Para o SINAES (2004, p. 1 e seg) os processos avaliativos necessitam estabelecer um sistema que admita uma relação dos diversos aspectos da realidade avaliada, garantindo uma consistência conceitual, epistemológica e prática, e que, se alcance os objetivos por meio dos instrumentos/procedimentos utilizados.

Segundo Dias Sobrinho (1994) a avaliação institucional, com suas diversas configurações, mantém a instituição com “a visibilidade dos indicadores quantitativos e com a perspicácia de análises qualitativas que orientem a universidade em suas tomadas de decisão quanto ao ordenamento dos grandes programas e políticas prioritárias”¹².

Uma avaliação institucional deve ser inteiramente neutra, descompromissada, democrática e “causadora” da autonomia institucional. Neste sentido, Oliveira (2008, p. 1) propõe que, analisando o princípio da identidade institucional, quando se menciona que a universidade tem que se identificar e se auto-avaliar e adquirir valores esta

[...] deve se enquadrar em função do ensino, pesquisa e extensão. As instituições para serem reconhecidas devem desempenhar sua função social. Têm que buscar como meio metodológico não só o ensino propriamente dito, mas trabalhar também em conjunto e com rigor todos os processos que dizem respeito à avaliação institucional.

Do aspecto da avaliação institucional, o enfoque de uma IES está na ciência das dificuldades, dos obstáculos, dos potenciais e na tomada de decisões. A finalidade essencial da avaliação institucional está precisamente em sustentar como característica dos cursos em EAD o comprometimento com a transformação, o seu dinamismo e deste modo, conservar elevado o grau de qualidade do processo de ensino e de aprendizagem da instituição. Seguindo este contexto, este tipo de avaliação tem o papel de identificar as carências e potenciais de instituições,

¹¹ GASPARETTO, Agenor. **Avaliação Institucional**: Processo doloroso de mudança; a experiência da UESC, Ilhéus, Bahia. Disponível em: <<http://www.socio-estatistica.com.br/avalia.htm>>. Acesso em: 4 de julho de 2008.

¹² DIAS SOBRINHO, José (Org.). **Avaliação Institucional da UNICAMP**: Processo, Discussão e Resultados. Campinas, SP: UNICAMP, 1994.

visando qualidade e transformação. Assim tornando-se um processo de auto-conhecimento, com o objetivo e a intenção de aprimorar o funcionamento e conseguir melhores resultados.

Uma educação com qualidade, ofertada presencialmente ou a distância, não pode abstrair da avaliação, uma maneira de averiguar, ponderar e adotar decisões importantes ao contexto avaliado.

Uma IES não possui uma realidade pronta e finalizada, ela é compreendida nos processos e relações produzidos diariamente sendo uma “instituição social de caráter essencialmente pedagógico”, transfere este sentido dinâmico para a avaliação. “A avaliação é uma categoria imprescindível dessa produção contínua” que é uma IES. Compreender toda esta dimensão de forma crítica e holística para a “promoção de sua qualidade” é objeto da avaliação institucional (DIAS SOBRINHO, 1995, p. 15, 33 e 35)¹³.

Com base no que foi explicitado, Jacobsen (1996, p. 24) sintetiza a avaliação institucional na seguinte figura:

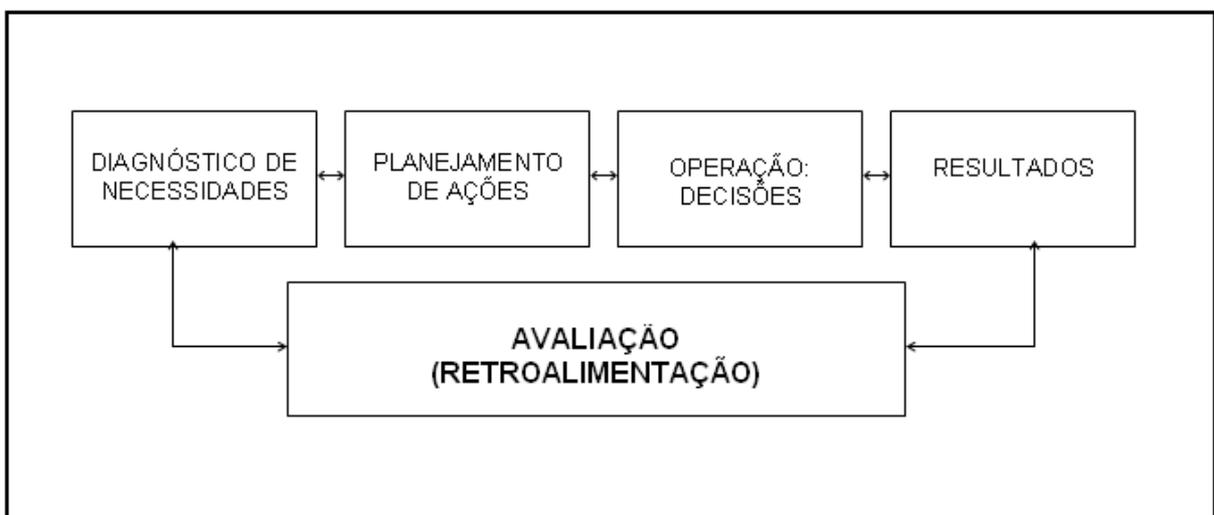


Figura 1: Esquema básico do processo de avaliação institucional segundo Jacobsen

É neste caminho que Azevedo e Sathler (2008, p. 5) ratificam que, com “a implantação da avaliação institucional como organismo de suporte às ações

¹³ DIAS SOBRINHO, José. Universidade: processos de socialização e processos pedagógicos. In: BALZAN, Newton César; DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação institucional: teoria e experiências**. São Paulo: Cortez, 1995.

administrativo/pedagógicas, os cursos da modalidade EAD podem avançar mais rapidamente rumo à correção de sua trajetória”.

Referenciais de Qualidade para a Educação a Distância

O termo ‘qualidade’ vem do latim *qualitate*. Segundo o site Wikipédia (2008), qualidade é um conceito subjetivo que está relacionado diretamente às percepções de cada indivíduo. Diversos fatores como cultura, modelos mentais, tipo de produto ou serviço prestado, necessidades e expectativas influenciam diretamente nesta definição¹⁴.

“A qualidade em si passou a ser empregada então em diferentes sentidos e vem se materializando no processo avaliativo como sendo um critério de grande relevância¹⁵” (AMORIM, 1992, p. 64).

Conforme Demo (1985, p. 1 e seg) o conceito de qualidade para a Educação a Distância, é decorrência da preocupação e do comprometimento com a qualificação dos atores envolvidos¹⁶. Deste modo, para definir parâmetros de qualidade necessita-se uma avaliação processual e continuada dos cursos e projetos envolvidos na EAD.

De acordo com Ferreira (1999) *apud* Bueno, Sermann e Scherner (p. 18, 2003), qualidade define-se como uma “propriedade, atributo ou condição das coisas ou das pessoas capaz de distingui-las das outras e lhes determinar a natureza”¹⁷.

“Especialmente na educação, a qualidade deve ser compreendida, nos processos e nas relações, como construção que tem por eixo a avaliação” (BUENO; SERMANN; SCHERNER, 2003, p. 18).

Dentro desta perspectiva, em 2007, para autorização de cursos superiores na modalidade a distância, o MEC instituiu os Referenciais de Qualidade para a EAD. A

¹⁴ WIKIPÉDIA. **Qualidade**. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Qualidade>>. Acesso em: 5 de março de 2008.

¹⁵ AMORIM, A. **Avaliação institucional da universidade**. São Paulo: Cortez, 1992.

¹⁶ DEMO, Pedro. **Ciências Sociais e Qualidade**. São Paulo: Artmed, 1985.

¹⁷ BUENO, Jaime Ferreira; SERMANN, Lucia Isabel Czerwonka; SCHERNER, Maria Luiza Trevisan (Orgs.). **Avaliação institucional PUCPR: fundamentação teórica, contexto institucional e perfil do aluno**. Curitiba: Champagnat, 2003.

primeira versão foi elaborada em 2003¹⁸, posteriormente atualizada em 2007¹⁹, visando assim uma renovação deste documento, em razão do amadurecimento dos processos e das possibilidades pedagógicas, principalmente quanto à utilização das TIC (Tecnologias da Informação e Comunicação).

Segundo o Ministério da Educação, os Referenciais de Qualidade

[...] circunscrevem-se no ordenamento legal vigente em complemento às determinações específicas da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, do Decreto 5.622, de 20 de dezembro de 2005, do Decreto 5.773, de junho de 2006 e das Portarias Normativas 1 e 2, de 11 de janeiro de 2007 (2007, p. 2).

Ainda que os Referenciais consistam em um “documento que não tem força de lei, ele será um referencial norteador para subsidiar atos legais do poder público [...]” (2007, p. 2).

Com a intenção de uma política permanente de expansão da Educação Superior no Brasil, a EAD coloca-se como uma modalidade importante neste desenvolvimento. Nesse sentido, os Referenciais de Qualidade vem como uma definição de princípios, diretrizes e critérios.

Elaborados por especialistas em EAD, por Universidades e submetidos à consulta pública, os Referencias de Qualidade têm como objetivo a garantia de condições básicas para o desenvolvimento de cursos a distância com qualidade.

A questão da qualidade na EAD, segundo o documento, ficou determinada no Decreto 5.622/05²⁰, quando este cita uma política de garantia desta no tocante a aspectos como, credenciamento institucional, supervisão, acompanhamento e avaliação. Este decreto, no parágrafo único do artigo 7º, estabelece que os Referenciais de Qualidade para a Educação a Distância regularizarão as normas para a regulação, supervisão e avaliação dessa modalidade.

¹⁸ BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – SEED. **Referenciais de Qualidade para Cursos a Distância** – 2003. Brasília, 2003.

¹⁹ BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – SEED. **Referenciais de Qualidade para Cursos a Distância** – 2007. Brasília, 2007.

²⁰ BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Decreto n.º 5.622**, de 19 de dezembro de 2005. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/seed/index.php?option=com_content&task=view&id=61>. Acesso em: 5 de setembro de 2008.

Conforme os Referenciais de Qualidade (2007, p. 7) “um projeto de curso superior a distância precisa de forte compromisso institucional em termos de garantir o processo de formação que contemple a dimensão técnico-científica para o mundo do trabalho e a dimensão política para a formação do cidadão”.

Para suprir a carência de uma Educação voltada a um modelo epistemológico inovador, os projetos de cursos de EAD necessitam possuir categorias que envolvam os aspectos pedagógicos, recursos humanos e infra-estrutura. Desta forma, os Referenciais de Qualidade para a EAD publicado em 2007 expressam tópicos (que se desdobram em subtópicos) que devem estar inteiramente em um Projeto Político Pedagógico.

Segue a seguir um quadro comparativo entre os indicadores de qualidade elaborados e publicados respectivamente em 2003 e 2007.

Quadro 1 – Indicadores de qualidade inseridos no documento de 2003 e 2007

2003	2007
1. Compromisso dos gestores;	1. Concepção de educação e currículo no processo de ensino e aprendizagem;
2. Desenho do projeto;	2. Sistemas de comunicação;
3. Equipe profissional multidisciplinar;	3. Material didático;
4. Comunicação/interação entre os agentes;	4. Avaliação;
5. Recursos educacionais;	5. Equipe multidisciplinar;
6. Infra-estrutura de apoio;	6. Infra-estrutura de apoio;
7. Avaliação contínua e abrangente;	7. Gestão acadêmico-administrativa;
8. Convênios e parcerias;	8. Sustentabilidade financeira.
9. Transparência nas informações;	
10. Sustentabilidade financeira.	

Fazendo uma análise comparativa dos Referenciais de Qualidade de 2003 e 2007, percebe-se, conforme Quadro 1 que houveram algumas alterações nos indicadores e, ao mesmo tempo, alguns continuam no documento revisado e publicado em 2007. Neste documento e de acordo com a SEED – Secretaria de Educação a Distância, estas mudanças ocorridas

são justificadas em razão das alterações provocadas pelo amadurecimento dos processos, principalmente no que diz respeito às diferentes possibilidades pedagógicas, notadamente quanto à utilização de tecnologias de informação e comunicação, em função

das discussões teórico-metodológicas que tem permeado os debates acadêmicos (BRASIL, 2007, p. 3).

É no item IV (b) – A Avaliação Institucional (2007, p. 17), que trata sobre esta e a sua importância para a melhoria da qualidade na Educação a Distância do Ensino Superior, que o documento enfatiza que todas as instituições precisam programar sistemas de avaliação institucional com o objetivo de gerar qualidade nos cursos de EAD.

“O critério de qualidade não é uma iniciativa externa ao processo de avaliação” (AMORIM, 1992, p. 66). A avaliação institucional é um processo permanente/contínuo e necessita abranger os vários agentes deste, ou seja, alunos, docentes, tutores e o pessoal técnico-administrativo. Esta avaliação precisa contemplar aspectos da organização didático-pedagógica, corpo docente/tutores/técnico/discente, instalações físicas, auto-avaliação e avaliação externa.

Há a necessidade de se avaliar as IES, como caminho para a melhoria e garantia do uso dos recursos e do atendimento das demandas da sociedade (JACOBSEN, 1996, p. 11). É desta forma que se alcança a qualidade acadêmica, ou seja, o objetivo de avaliar uma Instituição de Ensino Superior com a modalidade da EAD, sempre ratificando este olhar para a avaliação institucional como algo contínuo e indispensável para cumprir esta necessidade.

E é para suprir esta demanda na concepção de Aretio (2002) *apud* Azevedo e Stahler (2008, p. 2) que a EAD cumpre seu papel fundamental, pois

[...] democratiza o acesso à educação porque aumenta consideravelmente o número de espaços escolares oferecidos, atendendo a uma população estudantil geograficamente dispersa e, em particular, aquela que se encontra em locais distantes das instituições convencionais. Outro fator importante é a garantia da permanência do estudante em seu meio cultural natural, evitando-se os êxodos que poderiam ser negativos para o desenvolvimento regional, principalmente em um país com as dimensões continentais do Brasil²¹.

²¹ AZEVEDO, Adriana Barrozo; SATHLER, Luciano. **Avaliação Institucional** – relevância e usos na EAD. Disponível em: <<http://www.abed.org.br/congresso2008/tc/552008124132PM.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2008.

Ou seja, a EAD é uma modalidade de suma relevância e respeitavelmente adequada para atender a uma ampla demanda de alunos de maneira mais concreta e facilitada que em outras modalidades. Portanto, deve seguir as “regras” e ser avaliada.

Considerações finais

Conclui-se o presente relato de reflexão iniciado a partir de um questionamento, com a intenção de provocar uma reflexão sobre o tema em questão e motivar novos pesquisadores a continuar o debate e se possível, reconstruir suas concepções de avaliação.

Retornando ao problema podemos apontar como resposta que se delineou ao longo deste texto, uma reflexão colocada por Eyng (2007, p. 201 e 204), que nos lembra que, uma avaliação institucional norteada por um modelo holístico, ou seja, que mantém um diálogo com o contexto institucional, constitui um “desejo” a ser conquistado²². A avaliação numa concepção holística “não se limita à posição de investigar ou avaliar para obter evidências que apóiem uma hipótese inicial [...] qualquer procedimento ou instrumento, formal ou informal, quantitativo e qualitativo, pode ser de utilidade para gerar informação”, neste enfoque, “a totalidade é mais completa que a soma de suas partes” e descrever e explicar o contexto de um objeto de estudo é fundamental para sua compreensão (JACOBSEN, 1996, p. 14).

É nesta conjuntura que Azevedo e Sathler (2008, p. 1) afirmam que “[...] a avaliação em sua essência pode representar um avanço na educação, principalmente no cenário da educação a distância contribuindo para desenvolver uma cultura de constante aprimoramento”.

Em suma, a avaliação institucional na modalidade a distância tem possibilitado melhor compreender as relações e estruturas institucionais, a dinâmica

²² EYNG, Ana Maria. Projeto Político Pedagógico Institucional: A Relação Dialógica Entre Planejamento e Avaliação Institucionais. In: EYNG, Ana Maria; GISI, Maria Lourdes (Orgs.). **Políticas e Gestão da Educação Superior: Desafios e Perspectivas**. Ijuí, RS: Unijuí, 2007.

de funcionamento do processo ensino-aprendizagem, dificuldade dos discentes, identificar os pontos fortes e fracos e tem subsidiado em relação à produção de material didático e o acompanhamento administrativo dos pólos de apoio presencial (AZEVEDO; SATHLER, 2008, p. 6).

No entender de Jacobsen (1996, p. 11) para implementar projetos com qualidade, faz-me necessário estratégias específicas para se obter êxito e, para alcançar este, é imprescindível instituir instrumentos de avaliação capazes de transformar o que está incorreto.

Neste processo investigativo, foi possível refletir que, a Educação a Distância tem se tornado uma modalidade fundamental como estratégia para suprir necessidades e carências educacionais. A avaliação institucional vem como uma “ferramenta” imprescindível para que esta característica democratizante seja alcançada e para que as IES adotem um compromisso com a qualidade da modalidade a distância.

Referências

AFONSO, Almerindo Janela. **Avaliação educacional**: regulação e emancipação. São Paulo: Cortez, 2000.

AFONSO, Almerindo Janela. Avaliar a escola e a gestão escolar: elementos para uma reflexão crítica. In: ESTEBAN, Maria Teresa (Org.). **Escola, currículo e avaliação**. São Paulo: Cortez, 2008.

AMORIM, A. **Avaliação institucional da universidade**. São Paulo: Cortez, 1992.

AZEVEDO, Adriana Barrozo; SATHLER, Luciano. **Avaliação Institucional – relevância e usos na EAD**. Disponível em: <<http://www.abed.org.br/congresso2008/tc/552008124132PM.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2008.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **CONAES** – Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=content&task=view&id=348&Itemid=479>>. Acesso em: 26 de agosto de 2008.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Decreto n.º 5.622**, de 19 de dezembro de 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/index.php?option=com_content&task=view&id=61>. Acesso em: 5 de setembro de 2008.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Lei n.º 10.861**, de 14 de abril de 2004 (Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES).

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – INEP. **Avaliação das Instituições de Educação Superior**. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/superior/avaliacao_institucional>. Acesso em: 8 de setembro de 2008.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – SEED. **Referenciais de Qualidade para Cursos a Distância** – 2003. Brasília, 2003.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – SEED. **Referenciais de Qualidade para Cursos a Distância** – 2007. Brasília, 2007.

BUENO, Jaime Ferreira; SERMANN, Lucia Isabel Czerwonka; SCHERNER, Maria Luiza Trevisan (Orgs.). **Avaliação institucional PUCPR**: fundamentação teórica, contexto institucional e perfil do aluno. Curitiba: Champagnat, 2003.

DEMO, Pedro. **Ciências Sociais e Qualidade**. São Paulo: Artmed, 1985.

DIAS SOBRINHO, José (Org.). **Avaliação Institucional da UNICAMP**: Processo, Discussão e Resultados. Campinas, SP: UNICAMP, 1994.

DIAS SOBRINHO, José. Universidade: processos de socialização e processos pedagógicos. In: BALZAN, Newton César; DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação institucional**: teoria e experiências. São Paulo: Cortez, 1995.

DIAS SOBRINHO, José; RISTOFF, Dilvo (Orgs.). **Universidade desconstruída**: avaliação institucional e resistência. Florianópolis: Insular, 2000.

EYNG, Ana Maria. Projeto Político Pedagógico Institucional: A Relação Dialógica Entre Planejamento e Avaliação Institucionais. In: EYNG, Ana Maria; GISI, Maria Lourdes (Orgs.). **Políticas e Gestão da Educação Superior**: Desafios e Perspectivas. Ijuí, RS: Unijuí, 2007.

GASPARETTO, Agenor. **Avaliação Institucional**: Processo doloroso de mudança; a experiência da UESC, Ilhéus, Bahia. Disponível em: <<http://www.socio-estatistica.com.br/avalia.htm>>. Acesso em: 4 de julho de 2008.

JACOBSEN, Alessandra de Linhares. **Avaliação Institucional em Universidades**: desafios e perspectivas. Florianópolis: Papa-Livro, 1996.

OLIVEIRA, André Lúcio Moura et al. O objeto da avaliação institucional na heteronômica política pública brasileira. In: BELLO, José Luiz de Paiva. **Pedagogia em Foco**. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/avinst03.htm>>. Acesso em: 4 de julho de 2008.

PRIBERAM INFORMÁTICA. **Dicionário da Língua Portuguesa Online**. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/dlpo/dlpo.aspx>>. Acesso em: 10 out. 2008.

WIKIPÉDIA. **Qualidade**. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Qualidade>>. Acesso em: 5 de março de 2008.